Bolsas
Na terça-feira
0,61% São Paulo
0,63% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
119.017 — 117.523
22/6 23/6 26/6 27/6

Dólar
Na terça-feira
R$ 4,799
(+ 0,67%)

Últimos	
21/junho	4,768
22/junho	4,772
23/junho	4,778
26/junho	4,767

Salário mínimo
R$ 1.320

Euro
Comercial, venda na terça-feira
R$ 5,261

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,65%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84
Março/2023	0,71
Abril/2023	0,61
Maio/2023	0,23

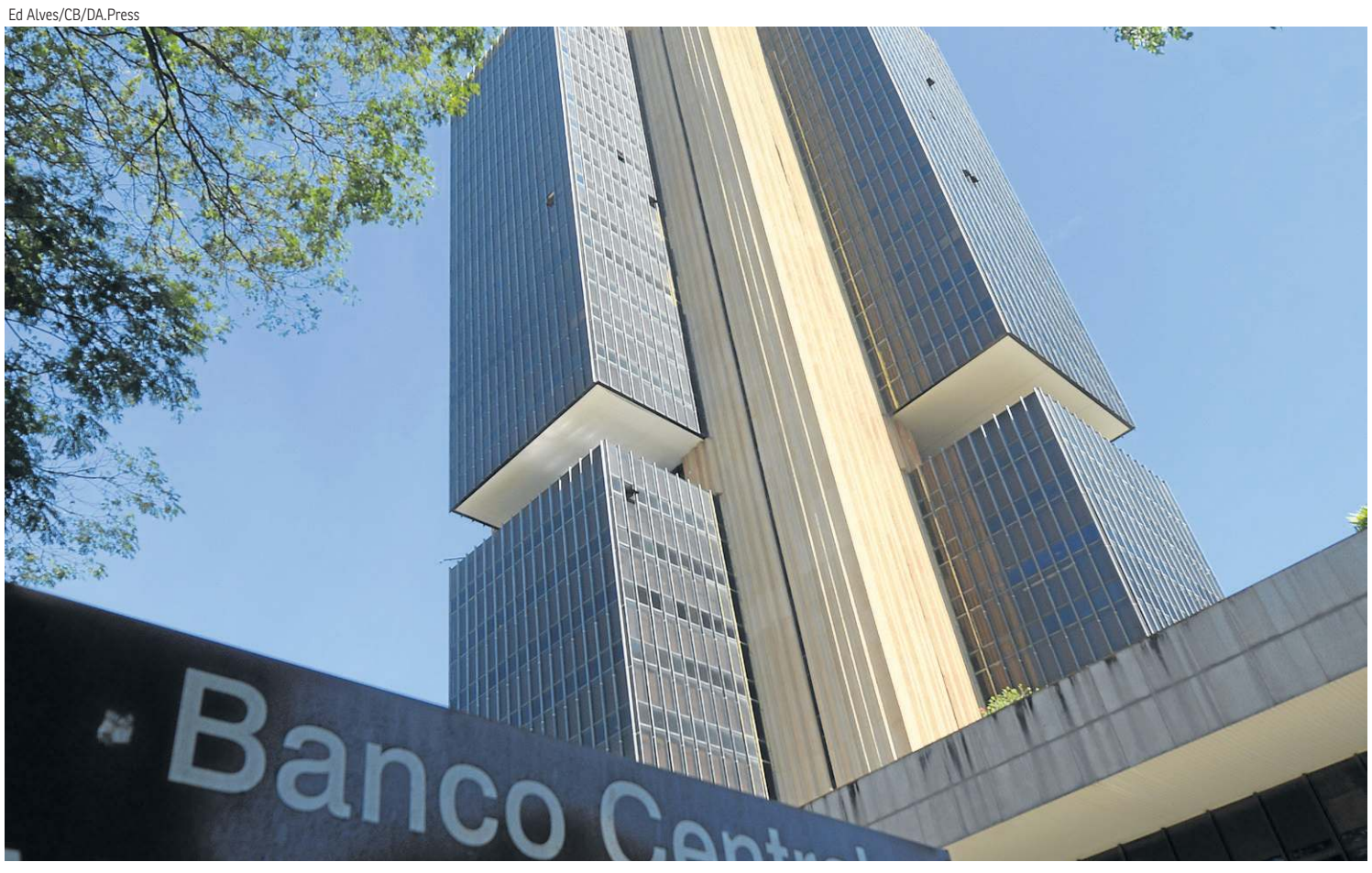
POLÍTICA MONETÁRIA

BC admite queda de juros em agosto

Ata da última reunião do Comitê de Política Monetária condiciona corte da Selic à continuidade da redução da inflação

» RAFAELA GONÇALVES

Ed Alves/CB/DA.Press



Maioria dos diretores do Banco Central considera que a melhora dos indicadores pode criar confiança para a diminuição da taxa básica

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, sinalizou na ata da última reunião, divulgada ontem, que está inclinado a iniciar um ciclo de cortes na taxa básica de juros (Selic), mantida em 13,75% ao ano. A avaliação predominante entre os membros do colegiado, responsável por fixar os juros básicos da economia, é de que a continuidade da queda da inflação, e seu impacto sobre as expectativas, pode possibilitar uma queda dos juros no próximo encontro do colegiado, marcado para o início de agosto.

"A avaliação predominante foi de que a continuação do processo desinflacionário em curso, com consequente impacto sobre as expectativas, pode permitir acumular a confiança necessária para iniciar um processo parcimonioso de inflexão [mudança da curva de juros] na próxima reunião", informou o Banco Central.

De acordo com o documento, uma parte do colegiado se mostrou mais cautelosa. Para esses membros do Copom, a dinâmica desinflacionária ainda reflete a desaceleração dos preços de componentes mais voláteis e que há dúvida sobre o impacto do aperto monetário em curso até o momento. "Para esse grupo, é necessário observar maior reancoragem das expectativas de longo prazo e acumular mais evidências de desinflação em componentes mais sensíveis a impactos sazonais", destaca o texto.

A autoridade monetária informou, ainda, que os membros do comitê foram unânimes em concordar que os passos futuros da política monetária dependerão da evolução da dinâmica inflacionária. "Em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, das expectativas de inflação, em particular as de maior prazo, de suas projeções de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos", diz um trecho da ata.

Ainda ontem, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgou que o IPCA-15, considerado uma prévia da inflação oficial de junho, registrou alta de apenas 0,04% neste mês, o que levou a taxa acumulada em 12 meses para 3,40%, mais próxima da meta do governo para este ano, que é de 3,25% (**veja na página 8**).

Estresse

O comunicado divulgado no dia da decisão sobre os juros, na quarta-feira da semana passada, havia jogado um balde de água fria no mercado. Além de manter, por unanimidade, a Selic em 13,75% ao ano, o Copom pediu "paciência e serenidade" com a condução da política monetária, destacando que as expectativas de inflação continuavam desancoradas, o que levou a crer que a queda dos juros poderia demorar mais que o esperado, apenas a partir de setembro.

Já a ata, segundo analistas, apesar das ressalvas, trouxe um tom bem mais otimista que o comunicado, que não havia exposto a diferença de opiniões no Copom. Isso alimentou avaliações de que o BC teria cedido às pressões do governo e de setores do empresariado pela corte dos juros. Para Alexsandro Nishhimura, sócio da corretora Nomos, "o BC parece seguir um roteiro de "morde e assopra", com a sequência de comunicado duro e ata mais amigável, corrigindo (des)entendimentos".

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, criticou a dissonância entre os dois documentos. "O Banco Central criou uma situação de estresse desnecessária no comunicado e, depois, vem com uma ata mais branda. Não deixa de ser uma crítica construtiva nossa. Que isso seja revisto pelo Banco Central", afirmou.

Lula Marques/ Agência Brasil



Simone Tebet criticou dissonância entre comunicado e ata do Copom: "atritos desnecessários"

Segundo a ministra, a ata foi mais "realista" com o cenário econômico do país. "A ata reconhece que o Brasil está no caminho certo, que a equipe econômica está acertada. Mostra que estamos plantando segurança jurídica, previsibilidade", avaliou Tebet, que disse ter a impressão que "o comunicado é feito por um órgão, enquanto a ata é feita por outro". "Vem um comunicado hard e uma ata soft. Não dá para entender, por que estressar o Brasil, criar atritos desnecessários?", questionou.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a ata está em linha com as medidas do governo. "Penso que há um consenso em relação à trajetória próxima das taxas de juros. Ficou claro que estamos no caminho certo", disse o ministro. Mesmo com a resistência de parte do colegiado, o chefe da Fazenda afirmou que as variáveis macroeconômicas estão formando um cenário favorável.

"O fato é que há uma sinalização clara de uma boa parte da diretoria (do BC), de que os efeitos das taxas de juros elevadas produziram os resultados e de que o risco fiscal está afastado, isso é o mais importante", avaliou.

Haddad destacou que, com a "harmonização" de política monetária e fiscal, a redução dos juros pode acontecer em breve. "O Brasil está em uma trajetória fiscal sustentável e, portanto, a harmonização da política fiscal com a monetária, acredito que possa acontecer brevemente", disse.

» Senado quer explicações

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou quatro requerimentos para que o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, seja convidado novamente a prestar esclarecimentos sobre a política monetária e a definição da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 13,75% ao ano. A data da sessão ainda será agendada e, por se tratar de um convite, Campos Neto não é obrigado a comparecer. Os requerimentos foram solicitados pelos senadores Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), que é líder do governo no Congresso, Ciro Nogueira (PP-PI), Rogério Marinho (PL-RN) e Plínio Valério (PSDB-AM). Campos Neto já esteve na comissão em abril, ocasião em que defendeu a autonomia do BC.

Segundo analistas, espaço para ciclo de baixa se ampliou

O economista da CM Capital Matheus Pizzani, avalia que, "apesar de ainda ter sido marcado por um tom majoritariamente mais pessimista em termos da leitura da situação atual, fica evidente que ao menos parte do comitê já enxerga espaço para queda de juros nas próximas reuniões". Segundo ele, as projeções atuais seguem apontando para uma melhora em todas as variáveis acompanhadas pela instituição e tidas como chave para o início do processo de corte nos juros.

Pizzani citou como exemplo as revisões para baixo da inflação verificadas nas últimas semanas através do Boletim Focus, que evidenciam a melhora nas expectativas de inflação dos agentes econômicos no período tido como relevante pelo BC para a condução da política monetária. "Os dados recentes de concessão de crédito e inadimplência dão pouca margem para a expectativa de novas pressões inflacionárias por parte da demanda, especialmente no que diz respeito ao consumo das famílias", observou.

O economista mencionou ainda que o encarecimento do crédito deve seguir afetando negativamente o setor produtivo, o que deve se traduzir em maior desaquecimento do mercado de trabalho e aumento do nível de desemprego — mais um elemento que atua no sentido de reduzir a pressão sobre os preços. Além disso, a expectativa de que a o novo marco fiscal seja aprovada nas próximas semanas, gera redução das incertezas com relação à dinâmica de crescimento da dívida pública no médio e longo prazo.

"Este conjunto de vetores deixa pouca ou nenhuma evidência que justifique a manutenção da taxa de juros no patamar atual nas próximas reuniões, reforçando nossa perspectiva de que o ciclo de cortes deverá ter início na próxima reunião do Copom, em agosto", disse Pizzani.

Meta de inflação

O estrategista-chefe da Warren Rena, Sérgio Goldenstein, considerou que a ata do Copom apresentou um tom mais expansionista do que o comunicado, sinalizando fortemente a possibilidade de iniciar o ciclo de flexibilização monetária em agosto, com um corte de 25 pontos percentuais. "Apesar disso, consideramos surpreendente o Comitê ter optado por elevar a estimativa de taxa de juros real neutra de 4,0% para 4,5% justamente neste momento, o que parece servir de esteio para a ala mais conservadora do BC", ponderou.

Para Goldenstein, a projeção de inflação no cenário de referência continuará declinando, em função principalmente da perspectiva de continuidade do movimento de declínio das expectativas de inflação. Segundo ele, os agentes financeiros estão com os olhares voltados para a reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) de junho, que acontece na quinta-feira, e irá definir a meta de inflação para os próximos anos.

Apesar da pressão do governo pela elevação da meta, a expectativa é de que ela seja mantida em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. "A decisão do CMN sobre a meta de inflação será fundamental para a redução das incertezas e do desvio das expectativas em relação à meta", afirmou.